



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2014-2017)

Relatório intercalar de execução

2016

Março de 2017

Índice

Introdução.....	3
Nota metodológica.....	4
Área estratégica 1 – Prevenir.....	7
Área estratégica 2 – Integrar.....	23
Área estratégica 3 – Formar.....	26
Área estratégica 4 – Conhecer.....	33
Área estratégica 5 – Cooperar.....	35
Grau de Execução do Plano: Síntese Avaliativa.....	38
Siglas Utilizadas.....	40

Introdução

O III PAPEMGF - Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, de 31 de dezembro) deixou de estar inscrito no Plano Nacional para a Igualdade, passando a fazer parte integrante do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017. Esta opção assenta no entendimento que tem sido assumido internacionalmente de que a MGF constitui uma forma de violência de género, expresso nomeadamente pela sua inclusão na Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

O III PAPEMGF manteve, no essencial, as principais linhas de ação do II PAPEMGF, prevendo um reforço de intervenção em algumas medidas que se revelam estruturais para o desafio da erradicação da MGF, nomeadamente a formação e a capacitação de profissionais que, de alguma forma, podem ter contacto com a problemática da MGF, tendo-se introduzido formalmente no presente Programa de Ação novos intervenientes e grupos-alvo de formação, como sejam os(as) técnicos(as) das CPCJ e o pessoal não docente dos estabelecimentos de todos os níveis de ensino. Prevê, ainda, a criação de um grupo multidisciplinar específico para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto de profissionais de saúde bem como o exercício do seu papel de pontos focais nos territórios de risco onde desenvolvem a sua atividade profissional.

O III Programa de Ação propõe-se igualmente atuar de um modo mais incisivo nas comunidades em risco, mobilizando de forma mais intensa as organizações não-governamentais, em especial as associações de imigrantes. Nesse sentido, e para além das entidades que compunham o grupo de trabalho intersetorial responsável pela implementação do Programa anterior, vieram a integrá-lo três associações de imigrantes representativas de comunidades de nacionais de Estados onde se pratica a MGF, designadamente a AMRT – Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude, a AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde e a Associação Balodiren.

Também a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Conselho Superior da Magistratura (CSM) estão agora representados neste grupo de trabalho, no qual intervêm, nos termos dos respetivos estatutos e no âmbito das suas atribuições.

Estas entidades vieram pois reforçar o grupo de trabalho constituído por representantes pelas seguintes organizações: Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Camões ICL, Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral de Educação (DGE), Direção-Geral de Políticas de Justiça (DGPJ), EPJ (Escola da Polícia Judiciária), Ministério da Administração Interna (MAI), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Organização Internacional para as Migrações (OIM); Associação para o Planeamento da Família (APF) e União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), na qualidade de entidade coordenadora do Programa de Ação, convidou ainda a participar ativamente dos trabalhos decorrentes da implementação do mesmo, outras organizações da sociedade civil, designadamente, a organização não-governamental P&D Factor - Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento, bem como as três associações distinguidas pela 3ª edição do prémio “Contra a MGF – Mudar Agora o Futuro”, com projetos em curso, designadamente, a AFAF – Associação dos Filhos e Amigos de Farim, a Associação Mulheres sem Fronteiras e o Movimento Musqueba - Associação de Promoção e Valorização da Mulher Guineense.

A CIG convidou ainda a participar nos trabalhos, o SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, porquanto se considerou essencial o seu contributo, no propósito da erradicação da MGF.

Nota metodológica

A recolha de informação efetuada, com o objetivo de produzir o presente relatório relativo à execução do III PAEMGF no ano de 2016, consistiu na análise dos dados disponibilizados pelas várias entidades que integram o Grupo de Trabalho Intersetorial responsável pela sua execução, às quais se solicitou, em janeiro de 2017, o preenchimento de um instrumento de monitorização concebido para o efeito. Para além dos indicadores que constam do próprio quadro de Áreas

Estratégicas e Medidas do III PAPEMGF, solicitaram-se informações complementares que permitissem melhor compreensão das intervenções ocorridas no ano em apreço, designadamente, a indicação das entidades colaborantes nas ações, os públicos-alvo, os objetivos, os resultados alcançados e os impactos. Responderam à solicitação, os seguintes organismos: ACM, AJPAS, APF, Camões -ICL, CIG, CNPDPCJ, CSM, Balodiren, DGE, DGPJ, DGS, EPJ, Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa, IEF, Movimento Musqueba, SEF e UMAR. Importa referir que algumas entidades não completaram o preenchimento do referido instrumento ou não disponibilizaram informações complementares que permitissem dar resposta aos indicadores de resultados previstos no Programa de Ação.

Outros, designadamente a AMRT, CPLP, MAI, OIM e a PGR, não fizeram qualquer reporte. Em alguns casos pontuais, entendeu-se que algumas atividades desenvolvidas pelas entidades parceiras davam, substancialmente, resposta a medida(s) outra(s), que não apenas aquela que foi reportada, pelo que se procedeu à replicação do seu descritivo na(s) mesma(s).

As organizações da sociedade civil que entretanto foram convidadas a integrar as reuniões do Grupo de Trabalho Intersectorial (atrás referenciadas) não foram solicitadas a reportar atividades relativamente a 2016.

No período compreendido entre o dia 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016, o grupo de trabalho intersectorial responsável pela implementação do III Programa de Ação para Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina reuniu por 2 vezes, nos dias 30 de Março e 22 de Julho.

Nas referidas reuniões, fizeram-se pontos de situação relativamente à execução do III PAPEMGF, tendo por referência as planificações anuais propostas pelas organizações presentes, com vista ao cumprimento das medidas do Programa de Ação calendarizadas para o ano de 2016.

As informações disponibilizadas pelas entidades, verbalmente, nas referidas reuniões, não foram consideradas para a elaboração do presente relatório.

Por se terem desenvolvido múltiplas atividades que concorreram para a execução de diversas medidas (em resultado de um forte investimento nas ações de carácter comunitário e em contexto de redes locais integradas), esse facto não será sempre evidenciado no descritivo das atividades, por se considerar que tal dificultaria a sua leitura.

Apresenta-se, seguidamente, a descrição sucinta das principais ações promovidas e reportadas pelas diferentes entidades, que integram o Grupo de Trabalho responsável pela implementação do III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017.

Implementação das áreas Estratégicas de Intervenção

Área estratégica 1 – Prevenir

Medida 1 – Promover ações de sensibilização junto de profissionais que trabalham nas comunidades em risco, integrando a problemática da MGF nos seguintes temas: cidadania e igualdade de género, saúde sexual e reprodutiva, violência de género e boas práticas na eliminação da MGF.

Nos dias 19 e 26 de janeiro e 2 de fevereiro, a **UMAR** realizou uma ação de formação intitulada “Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da Compreensão à Intervenção” dirigida a técnicos/as do Núcleo Local de Inserção de Almada, tendo nela participado 19 pessoas (18F/1M).

Com vista a assinalar o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, realizou-se o I Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF, no dia 4 de fevereiro, o qual promoveu uma reflexão conjunta sobre a intervenção territorial de prevenção da MGF pelas diferentes redes existentes na área da Grande Lisboa, possibilitando a troca de experiências entre os diferentes atores prioritários na intervenção, tendo como propósito consolidar os mecanismos de sinalização e encaminhamento de casos, maturando o trabalho em rede e abrindo caminho à criação de redes locais de intervenção especializada em MGF.

O evento teve como conferência de enquadramento a apresentação dos dados resultantes do estudo “Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação” produzido pelo CESNOVA/CICS.NOVA no ano transato e organizou-se em grupos de trabalho temáticos subordinados à intervenção nos diferentes domínios, designadamente, protecção de crianças, educação, saúde, justiça/segurança e comunidades.

Tratou-se de uma iniciativa promovida pela **UMAR**, no âmbito do projeto “lá-lá” (subvencionado pela CIG), pela Câmara Municipal da Amadora e a AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde, em parceria com um conjunto de organizações que vieram a constuir a comissão organizadora da mesma, designadamente, a CIG, o ACM, a Câmara Municipal do Seixal, a Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Cascais, a P&D Factor, a APF, o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa, a Associação Solidariedade Imigrante, e a Associação dos Filhos e Amigos de Farim.

Este evento contou com a presença da Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade e a participação de uma centena de pessoas.

No dia 8 de março, a **UMAR** realizou uma sessão de sensibilização sobre “Violência de Género/Violência Doméstica” para alunos e alunas da Universidade Sénior e funcionários/as da junta de freguesia. Esta ação abrangeu 17 pessoas (15F/2M).

No dia 15 de março, a **UMAR** promoveu ação de informação sobre MGF, enquadrada no IV Congresso da Saúde, que teve lugar na Escola Secundária de Amora (Seixal). Estiveram presentes 147 discentes, 17 docentes (5F/2M) e 1 psicóloga educacional.

No dia 16 de Março, a **UMAR** promoveu ação de informação sobre MGF na Escola Secundária Cacilhas-Tejo (Almada), a qual contou com a presença de 91 discentes, 8 docentes e e 1 psicóloga educacional.

Durante o período correspondente às férias escolares da Páscoa (entre a 2ª quinzena de março e a 1ª semana de abril), momento considerado de risco porquanto as famílias das comunidades afetadas se dirigem aos seus territórios de origem, fazendo-se acompanhar frequentemente por menores, procedeu-se, no aeroporto de Lisboa, à distribuição de folhetos informativos sobre a MGF na zona das partidas e em especial na zona de embarque dos voos com destino aos territórios de risco, tendo ainda sido aplicado um inquérito na zona das chegadas das pessoas da Guiné-Bissau, pelo **Serviço de Estrangeiros e Fronteiras** (SEF), com o objetivo de dissuadir a prática. Esta iniciativa veio a repetir-se, com maior amplitude no período nas férias escolares de verão.

No dia 23 de maio, a **UMAR** promoveu sessão de (in)formação sobre Igualdade de Género/Violência de Género, na Escola Profissional Gustave Eiffel (Queluz-Sintra) para 25 discentes (8F/17M) e 4 docentes. Esta ação repetiu-se no dia 30 de maio para mais 26 discentes (16F/10M) e 4 docentes.

No dia 20 de julho foi lançada a campanha aeroportuária «Direito a Viver sem Mutilação Genital Feminina», no aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa. Esta campanha, consubstanciada na distribuição de folhetos e afixação de cartazes, esteve em permanência em todos os aeroportos nacionais até ao final de setembro, tendo também sido divulgada no aeroporto Osvaldo Vieira, em Bissau, através do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau, entidade parceira deste projeto.

Esta foi uma iniciativa conjunta do Governo de Portugal através da **Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade** e de várias entidades públicas e privadas de Portugal e Guiné-Bissau. O Ministro Eduardo Cabrita, a Secretária de Estado Catarina Marcelino e Fatumata Djau Baldé, Presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau, juntaram-se às organizações da sociedade civil e entidades públicas que protagonizam esta campanha de verão. Durante o seu lançamento teve ainda lugar um “flash mob” na área das partidas do aeroporto, sensibilizando os/as transeuntes.

No dia 23 de dezembro, a **UMAR** realizou uma ação de sensibilização intitulada “Mutilação Genital Feminina”, no âmbito de protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Lisboa e a UMAR para o desenvolvimento de ações de formação e sensibilização afetas ao I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência de Género e Doméstica no Município de Lisboa. Participaram nesta sessão 8 pessoas (8F).

Medida 2 – Organizar estratégias comunitárias de combate à MGF através da criação de redes de ação em territórios de risco, constituídas por interlocutores locais privilegiados.

A maior parte das ações de (in)formação e sensibilização identificadas na Medida 1, promovidas pela **UMAR**, realizaram-se com o propósito de ativar ou reforçar redes de ação no território de risco, porquanto esse era um objetivos centrais do projeto “lá-lá” financiado pela CIG.

O I Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF, realizado no dia 4 de fevereiro (Vide Medida 1), possibilitou uma reflexão conjunta sobre a intervenção territorial de prevenção da MGF, pelas diferentes redes existentes na área da Grande Lisboa e os diversos profissionais que delas fazem parte, como profissionais de saúde, docentes, órgãos de polícia criminal, técnicos/as de proteção de crianças e jovens em risco etc., identificando bloqueios e propondo soluções, com vista a uma intervenção integrada e em rede, sobretudo ao nível da prevenção da MGF.

Em julho, a **UMAR** promoveu um djumbai (encontro/convívio) intitulado “Os Direitos das Mulheres na Guiné-Bissau”, em Almada, em parceria com o Projeto Djinopi, a decorrer na Guiné-Bissau. Abordaram-se as problemáticas da MGF e casamentos forçados.

A **APF** desenvolveu um projeto intitulado “Change Plus”, financiado pelo Programa JUST da União Europeia, o qual envolve organizações não-governamentais de vários países da Europa, bem como países do continente africano onde a MGF se pratica.

O projeto, iniciado em janeiro, decorrerá até dezembro de 2017 e tem como principal objetivo organizar e formar um grupo de 12 ativistas das comunidades afetadas pela MGF (agentes change), que irão promover e realizar ações de mudança comportamental nas comunidades respetivas. Durante o ano em apreço, iniciou-se um programa de formação deste grupo.

No âmbito do projeto “Chat”, igualmente financiado pelo Programa JUST, a **APF** iniciou, em fevereiro, a organização de um grupo coordenador de 4 líderes comunitários para recrutar 20 ativistas/membros das comunidades afetadas e preparar a realização de 3 *workshops* no início de 2017.

A **AJPAS**, distinguida pelo Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, colaborou no projeto “Senhoras de Si”, na qualidade de formadora. Este projeto visa o empoderamento de um grupo de jovens e mulheres, provenientes maioritariamente da Guiné-Bissau, a residir no Bairro da Adroana em Cascais, integrando a problemática da MGF como tema central, a partir do qual são trabalhadas competências que visam a sua capacitação e empoderamento. Estiveram presentes 12 jovens e mulheres provenientes maioritariamente da Guiné-Bissau, a residirem no Bairro da

Adroana, e técnicas da P&D Factor, Câmara Municipal de Cascais e SEA Agency, entidades parceiras do referido projecto, num total de 19 participantes.

O **Movimento Musqueba - Associação de Promoção e Valorização da Mulher Guineense**, distinguida pelo Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, promoveu, no dia 2 de abril, uma mesa redonda, sob o lema “Em Rede contra a MGF”, no Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica, tendo como público-alvo as comunidades praticantes da Damaia/Reboleira. Esta ação contou com a presença de 16 participantes, na sua maioria homens.

No dia 21 de maio, o Movimento Musqueba levou também a cabo uma tertúlia com membros destacados da comunidade, no Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica. A ação contou com a presença de 5 participantes, todos homens, fundamentalmente membros de associações de imigrantes de Sintra, na sua maioria dirigentes associativos.

O projeto promovido pelo Movimento Musqueba (que conheceu o seu término no 1º semestre de 2016), capacitou/formou 10 mediadores/as (5M/5H), os/as quais se encontram no terreno desenvolvendo, em contexto informal, ações de sensibilização com vista à erradicação da MGF, especificamente na comunidade da Damaia.

O **Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa**, no âmbito do projeto distinguido pelo Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, desenvolveu, durante o 1º semestre, em parceria com as “Valart - Grupo de Teatro Fórum do Vale da Amoreira”, várias sessões em escolas dos concelhos da Moita e do Barreiro, na qual foi trabalhada a temática da MGF, com recurso a técnicas do Teatro do Oprimido e dinâmicas participativas e de reflexão.

Medida 3 – Incentivar e apoiar as organizações não-governamentais, designadamente associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a prevenção e a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.

No âmbito do projeto “Change Plus” promovido pela **APF** (Vide Medida 2), o qual envolve organizações não-governamentais de vários países da Europa e do continente africano onde a MGF se pratica, pretende-se organizar e formar um grupo de ativistas das comunidades afetadas

pela MGF (agentes change), os quais, por sua vez, irão promover e realizar ações de mudança comportamental nas suas comunidades. A UMAR e a DGS colaboraram na qualidade de entidades formadoras no programa formativo que lhes está a ser ministrado no âmbito do projeto.

Na sequência do projeto “Chat”, igualmente promovido pela **APF** e iniciado em fevereiro, tem-se vindo a organizar um grupo de ativistas para recrutar 20 membros das comunidades afetadas e preparar a realização de 3 *workshops* no início de 2017. Muitos/as destes/as ativistas são membros (alguns dirigentes) de associações de imigrantes ou participam regularmente em atividades associativas nas suas comunidades.

Tiveram continuidade em 2016 os projetos distinguidos na 2ª edição do Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, iniciativa promovida pela CIG com a colaboração do ACM e da DGS, e que visa apoiar associações de imigrantes no desenvolvimento de projetos de prevenção da MGF nas comunidades de risco. Trata-se dos seguintes projetos:

- ❖ O Projeto “Jovens com(n) Tradição”, promovido pelo **Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa**, tendo como contexto de intervenção Vale de Amoreira/Moita;
- ❖ O Projeto “Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina”, promovido pelo **Movimento Musqueba**, tendo como contexto de intervenção Damaia/ Amadora;
- ❖ O Projeto “Avo(zes) contra a MGF”, promovido pela **AJPAS** – Associação de Intervenção Comunitária Desenvolvimento Social e de Saúde, tendo como contexto de intervenção Amadora, Sintra.¹

Sublinhe-se que todos eles vieram a estabelecer parcerias com as entidades que integram o grupo de trabalho responsável pela implementação do Programa de Ação, com o objetivo de unir esforços e maximizar recursos. No período em apreço, a CIG procedeu ao acompanhamento e monitorização dos referidos projetos.

Medida 4 – Elaborar e disseminar materiais informativos e formativos sobre a MGF.

A **DGS** elaborou o relatório intitulado “Mutilação Genital Feminina. Análise dos casos registados

¹ Tais projetos dão resposta a inúmeras medidas do III PPEMGF, sendo que o detalhe das atividades por eles desenvolvidas constará fundamentalmente no relatório final de execução do Programa de Ação.

em 2014 e 2015”, tendo-o divulgado, a partir de março, na página *web* “Saúde Reprodutiva”, bem como nas ações de formação e apresentações que realizou.

No âmbito do projeto “Change Plus”, financiado pelo Programa JUST da União Europeia, a **APF** produziu uma brochura intitulada “Responder à Mutilação Genital Feminina – Um guia para profissionais”.

A **APF**, no âmbito do projeto projeto UEFGM, procedeu à revisão e atualização do curso e-learning www.uefgm.eu, como ferramenta essencial na transmissão de conhecimento sobre a MGF junto de vários profissionais de saúde e outros. Este novo projeto reformulou, ampliou e enriqueceu o dito curso de formação *online*, o qual passou também a ter versões em 9 línguas europeias – Inglês, Francês, Português, Italiano, Grego, Holandês, Alemão, Castelhana e Sueco.

A CIG e a DGS colaboraram na edição da página relativa a Portugal, inclusa na referida Plataforma. Em Portugal, a apresentação pública da *Plataforma UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina*, foi agendada para o 1º trimestre de 2017.

Em todas as ações de sensibilização e formação realizadas pela **UMAR** (Vide Medida 1 e Área Estratégica 3), foram distribuídos inúmeros materiais informativos relacionados com a igualdade/violência de género e a mutilação genital feminina, elaborados pela UMAR e/ou por outras entidades, tendo sido ainda foram divulgados posteriormente, por e-mail, vários outros documentos sobre o tema da MGF.

A **UMAR** produziu ainda materiais específicos do projeto “lá-lá” como sejam pastas, canetas, cadernos e *roll up's* “STOP, excisão!”, divulgados primeiramente no I Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF e, posteriormente, distribuídos/utilizados nas diversas ações de sensibilização e formação realizadas pelo projeto.

Na campanha aeroportuária que decorreu durante todo o período de férias escolares da Páscoa, no aeroporto de Lisboa, distribuíram-se folhetos “Diga não à excisão”. O **SEF** procedeu na mesma ocasião, na zona das chegadas, à aplicação de um inquérito a pessoas provenientes da Guiné-Bissau (Vide Medida 1).

Por ocasião da campanha aeroportuária que decorreu durante todo o período de férias escolares de verão intitulada «Direito a Viver sem Mutilação Genital Feminina» (Vide Medida 1), distribuíram-se folhetos e *T-Shirts* e afixaram-se folhetos e cartazes específicos com aquele mesmo título. Esta campanha foi também divulgada no aeroporto de Bissau através do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné-Bissau.

O excedente destes materiais está disponível na CIG para distribuição junto das entidades que o solicitam. A **CIG** procedeu ainda à sua disseminação em eventos próprios ou outros dirigidos a grupos-alvo relevantes para a problemática. O folheto «Direito a Viver sem Mutilação Genital Feminina» é complementar ao folheto “Diga não à excisão”, encontrando-se também este a ser disponibilizado nos mesmos termos.

O Manual de Procedimentos para as CPCJ “Colaborar Ativamente na Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina” foi editado em suporte de papel, em outubro, pela **CNPDP CJ** - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2 mil exemplares) e tem vindo a ser distribuído pelas CPCJ e parceiros interessados. Em março, foi elaborado o documento (formulação de diretivas) intitulado “Práticas tradicionais lesivas dos direitos da criança – Situação atual e recomendações”.

O trabalho de adaptação do manual “MGF – Guide à l’usage des professions concernées”, da autoria da GAMS Belgique (Groupe pour l’abolition des mutilations sexuelles), coordenado pela **CIG**, veio a ser retomado no último trimestre após um período de suspensão, com o contributo do **SEF**.

O **Movimento Musqueba**, lançou uma campanha intitulada “No Pára Fanado di Mindjer/Paremos com a Mutilação Genital Feminina”, a 24 de setembro, dia em que se assinala a independência da Guiné-Bissau e até ao dia 6 de fevereiro de 2017, Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. No âmbito dessa campanha foram disseminados dois vídeos produzidos pelo projeto distinguido pelo prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro” em português/crioulo, com o mesmo título da campanha.

No âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, durante o ano letivo de 2015/2016, o **Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa** e os/as alunos/as da Escola Secundária da Baixa da Banheira, produziram trabalhos/materiais como pinturas sociais, desenhos e um mural sobre a MGF. Foi igualmente produzido por 8 alunos/as envolvidos/as no projeto, um espetáculo de Teatro Fórum, apresentado na própria escola e em outras escolas do Concelho da Moita. Este espetáculo tem como argumento uma situação baseada num caso real de *bullying* sofrido por uma jovem submetida à prática da excisão, abordando também o papel dos/as docentes na prevenção e apoio a alunas vitimizadas. O espetáculo está disponível em permanência para digressão.

Medida 5 – Fomentar a inclusão do tema da MGF nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género.

Segundo informação da **DGE**, o Referencial de Promoção e Educação para a Saúde (que contou com contributos específicos da **DGS** no que concerne à MGF), esteve em consulta pública e aguarda atualmente homologação.

Em abril, a **DGS** elaborou conteúdos sobre MGF na perspetiva da saúde, a incluir no módulo “Imigração e Saúde”, dos referenciais do ACM.

Medida 6 – Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de projetos sobre a MGF.

A **UMAR**, entre os meses de março e maio, no âmbito do projecto “lá-lá”, realizou múltiplas ações de informação e sensibilização sobre Violência de Género - Mutilação Genital Feminina, no Agrupamento de Escolas Francisco Simões (Almada), na Escola Secundária da Amora (Seixal), na Escola Secundária Cacilhas-Tejo (Almada), bem como na Escola Profissional Gustave Eiffel (Queluz-Sintra). Participaram no total das ações realizadas 289 discentes, 23 docentes e 2 psicólogas educacionais.

Em todas estas ações bem como nas que se dirigiram em particular a docentes (Vide Medida 25), a **UMAR**, com o apoio da **CIG**, disponibilizou um conjunto de manuais e materiais sobre igualdade de género, violência de género, direitos humanos/direitos das mulheres, com vista a alargar o acervo das respetivas bibliotecas e complementarmente à formação, um estímulo e um

recurso de apoio a docentes e discentes para explorar a temática no âmbito das atividades curriculares.

No âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, durante o ano letivo de 2015/2016, o **Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa** realizou um conjunto de sessões quinzenais de informação/sensibilização sobre igualdade de género, direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva, práticas tradicionais nefastas, MGF, etc., com 2 turmas do 11º ano da Escola Secundária da Baixa da Banheira, em moldes idênticos ao que havia feito no ano letivo anterior com turmas do 10º ano. As sessões terminaram com um evento final no dia 3 de maio, no qual se apresentaram trabalhos/materiais produzidos pelos/as alunos/as envolvidos/as no projeto, com destaque para a apresentação do espetáculo de Teatro Fórum criado por um grupo de 8 alunos/as, no auditório da referida escola.

Medida 7 – Fomentar a inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas, designadamente a MGF, nos currículos académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais.

No dia 15 de novembro, o **ACM** dinamizou uma aula sobre Práticas Nefastas sob o título “Mutilação Genital Feminina e casamentos infantis/precoces e combinados”, a 2 turmas (cerca de 50 participantes) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A **CIG, DGS, APF** e a **Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal** iniciaram os procedimentos necessários à realização da 2ª edição do curso de pós-graduação especializada em Mutilação Genital Feminina, em Setúbal, intitulado “Saúde Sexual e Reprodutiva: Mutilação Genital Feminina”, com início previsto em fevereiro de 2017 e até ao mês de junho do mesmo ano (162 horas).

Este curso dirige-se a profissionais de saúde que desempenham atividade na Área Metropolitana de Lisboa, em especial em áreas geográficas de risco na Península de Setúbal.

Medida 8 – Divulgar informação sobre a problemática da MGF enquanto divulgação dos Direitos Humanos de mulheres e meninas, nos meios de comunicação social.

No dia 4 de fevereiro, e em alusão ao Dia Internacional da Tolerância Zero Contra a Mutilação Genital Feminina, que se assinala a 6 de fevereiro, a Presidente da **CIG** concedeu uma entrevista ao programa televisivo “Etnias”, transmitido na SIC e SIC Internacional, subordinado exclusivamente ao tema da MGF. Participou ainda no mesmo programa uma representante do Movimento Musqueba - Associação de Promoção e Valorização da Mulher Guineense (associação distinguida na 2ª e 3ª edição do Prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”).

A presidente da CIG foi ainda convidada para o programa televisivo “Bem-vindos”, da RTP África. Nesta edição do programa, exibida no dia 6 de fevereiro, foi convidado também um representante da AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde.

O lançamento da campanha aeroportuária “O direito a viver sem Mutilação Genital Feminina” (Vide Atividade 1) foi coberto pela agência noticiosa Lusa e amplamente divulgado por vários meios de comunicação social.

O projeto “lá-lá” (**UMAR**) e os seus resultados foram divulgados no Diário de Notícias e pela Rádio Sines.

O **ACM** divulgou todas as informações sobre MGF de que dispôs, nos seus meios de comunicação.

Medida 9 – Monitorizar e atualizar a implementação das orientações técnicas na área da saúde

A Orientação Técnica da **DGS** sobre MGF (Orientação nº 005/2012 de 06/02/2012 - Atualização de 22/03/2012) prevê a aplicação de um questionário aos profissionais de saúde sobre o conhecimento da problemática e das próprias orientações na área da saúde. Entre janeiro a março, a DGS procedeu ao envio e receção do questionário sobre MGF destinado a profissionais de saúde. Os resultados do mesmo estão em análise e traduzir-se-ão, eventualmente, numa atualização da referida Orientação.

Medida 10 – Produzir uma circular, dirigida às CPCJ, com orientações técnicas sobre a forma como os/as técnicos/as devem atuar para prevenir a prática de MGF nos territórios onde esta problemática está referenciada.

A Circular “Colaborar ativamente na prevenção e eliminação da MGF”, produzida e disseminada em 2014 pela **CNPDPJC** em versão digital, veio a assumir a forma de Manual de Procedimentos em 2015 (Vide Medida 4). Em 2016 este instrumento foi atualizado e publicado em suporte de papel, tendo sido distribuído pelas CPCJ nos territórios geográficos de risco, bem como nas ações de formação dirigidas a profissionais das Comissões, promovidas pela CNPDPCJ, pela **CIG** e pela **UMAR** (Vide Medida 31).

Medida 12 – Criação de uma bolsa de formadores sobre MGF e ou capacitação de formadores(as) acreditados/as da área da igualdade de género para trabalhar também o tema da MGF

O **ACM** e a **CIG** produziram uma lista de formadores/as sobre MGF, constituída por profissionais das diversas áreas, com especializações distintas na abordagem à problemática. Esta bolsa será divulgada em 2017.

Medida 13 – Realizar e participar em seminários sobre a MGF.

No dia 4 de fevereiro, realizou-se o I Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF. Esta iniciativa foi promovida pela **UMAR**, no âmbito do projeto “lá-lá” (subvencionado pela **CIG**), pela **Câmara Municipal da Amadora** e a **AJPAS** – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde, em parceria com um conjunto de organizações que vieram a constuir a comissão organizadora da mesma, designadamente, a **CIG**, o **ACM**, a Câmara Municipal do Seixal, a Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Cascais, a **P&D Factor**, a **APF**, o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa, a Associação Solidariedade Imigrante, e a Associação dos Filhos e Amigos de Farim (Vide Medidas 1 e 2). O Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e a **DGS** fizeram-se representar no evento.

Decorreu, de 14 a 24 de março, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 60ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (CSW), dedicada ao tema «O Empoderamento das

Mulheres e a Sua Ligação ao Desenvolvimento Sustentável», na qual esta Comissão apelou à implementação da Agenda 2030 na perspetiva de género. A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade participou num evento paralelo, organizado pelo Burkina Faso, onde apresentou as medidas nacionais de prevenção e combate à MGF.

No dia 30 de março, a **UMAR** marcou presença em sessão de encerramento do projeto “MGF, Não!”, promovido pela OGA - Obra Gay Associação, no Centro Comunitário do Vale de Amoreira, tendo participado no debate. A CIG participou no mesmo evento através de um comentário gravado previamente em suporte audiovisual e que aí foi visionado.

Nos dias 28 e 29 de abril a **CIG** participou num Seminário de troca de boas práticas sobre MGF, casamento forçado e outras práticas nocivas, intitulado “Female genital mutilation and other harmful practices”, em Londres, no âmbito do Programa definido pela Comissão Europeia para 2016 nesta área. Esteve ainda presente, em representação de Portugal na qualidade de perito externo, um elemento da equipa de investigação do CESNOVA/CICS.NOVA responsável pela elaboração do estudo “Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação”.

No dia 24 de maio, o **Camões - ICL** organizou o Seminário intitulado “Diálogos sobre igualdade e ODS 5”, em articulação com a **P&D Factor** e o Gabinete da **Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade**. Estiveram presentes 41 participantes. Este evento teve como objetivo a promoção da igualdade de género no âmbito da Agenda 2030, que inclui expressamente a meta de eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

No mesmo dia, a **Associação Balodiren** promoveu um *workshop* sobre Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, na sede da associação. A UMAR esteve presente e colaborou ativamente na sua dinamização, tendo introduzido a problemática da MGF enquanto violência de género.

O **Camões - ICL** destaca ainda uma iniciativa em Bissau, com o apoio da Embaixada de Portugal, a qual teve lugar no Centro Cultural Português, no dia 8 de junho. Esta iniciativa de sensibilização sobre a problemática da MGF assinalou o 5º aniversário da Lei 14/2011, de 6 de

junho, que penaliza a prática da MGF na Guiné-Bissau, e foi protagonizada pelo Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança e por um Professor da Faculdade de Direito de Bissau, tendo-se associado à iniciativa a UNICEF e a Delegação da UE na Guiné Bissau. Estiveram presentes representantes da sociedade civil e “anónimos”, no total de 60 pessoas.

No dia 23 de novembro, a CIG, o Camões - ICL, a DGS e o CSM participaram na sessão de apresentação pública da “Caixa Pedagógica de Imagens sobre Mutilação Genital Feminina”, na ESEL – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, promovida pela **AJPAS, P&D Factor, ESEL e Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança** (Guiné-Bissau).

Esta Caixa Pedagógica é a 1ª edição revista e atualizada em português da versão produzida pelos Comités do Burkina Faso e Guiné-Bissau e que contou com o apoio do programa conjunto UNFPA/UNICEF e da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade.

A **CIG** integrou a Delegação Nacional que defendeu os 15º a 17º Relatórios Nacionais sobre a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação Racial, que teve lugar em Genebra, nos dias 29 e 30 de novembro 2016. A intervenção da CIG centrou-se nas medidas nacionais de prevenção e combate à MGF.

A **CIG** participou na reunião do Comité Consultivo para a Igualdade entre mulheres e homens, que teve lugar no dia 8 de dezembro, em Bruxelas, tendo feito uma apresentação da Opinião sobre o “Combate à MGF e outras práticas nocivas”, por ter assumido a Presidência da mesma.

Nos dias 2 de novembro e 9 de dezembro tiveram lugar reuniões de preparação do II Encontro Regional para uma Intervenção Integrada pelo Fim da MGF, programado para ter lugar no dia 6 de fevereiro de 2017, com vista a assinalar o Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF. Estas reuniões ocorreram na UMAR e contaram com a participação das seguintes entidades: ACM - Alto Comissariado para as Migrações; AEGBL - Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa; AFAFC - Associação dos Filhos e Amigos e Amigos de Farim em Portugal; Aguinense - Associação Guineense de Solidariedade Social; AJPAS - Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde; APF - Associação para o Planeamento da

Família; Associação Mulheres Sem Fronteiras; Associação Balodiren; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Lisboa; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal do Seixal; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; GTO - Grupo de Teatro do Oprimido; Movimento Musqueba - Associação de Promoção e Valorização da Mulher Guineense; P&D Factor - Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento; e UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Medida 14 – Introduzir o tema da MGF em comunicações proferidas em eventos nacionais e internacionais no âmbito das atribuições e competências de todas as entidades.

No cumprimento desta medida, o **Camões – ICL** reportou a introdução do tema da MGF na reunião de peritos UE sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, ocorrida em Bruxelas no dia 21 janeiro, na reunião informal sobre igualdade de género e empoderamento das mulheres (Agências de Cooperação para o Desenvolvimento), ocorrida entre os dias 17 e 19 de fevereiro, em Londres, na reunião de peritos UE para questões de Género, ocorrida nos dias 7 e 8 de julho, e ainda na 14ª Reunião Gendernet CAD/OCDE Igualdade de Género (a qual visava o acompanhamento das políticas de género da OCDE e das Nações Unidas, bem como a implementação do ODS 5 e transversalização da abordagem de género nos restantes ODS). Esta reunião ocorreu em Paris nos dias 7 e 8 de outubro.

Em fevereiro, a **DGS** fez uma apresentação do tema da MGF no âmbito de uma aula sobre Saúde Sexual e Reprodutiva destinada a alunos do mestrado de Psicologia da Saúde do ISPA (16F/5M). Em março, introduziu a temática da MGF no Congresso “Women’s health 2016 – convention abroad”, que contou com a participação de cerca de 50 médicos/as hospitalares e dos cuidados de saúde primários australianos. Em abril, a DGS apresentou uma comunicação sobre a análise dos casos de MGF nas Jornadas de Investigação em Psicologia Clínica e da Saúde organizadas pela Universidade Lusófona.

Medida 15 – Estabelecer contactos com líderes religiosos e interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes, com vista à prevenção e eliminação da MGF.

No dia 21 de maio, a **Musqueba** promoveu uma tertúlia com 5 membros destacados da comunidade, no Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica (Vide Medida 2).

No dia 2 de julho, a **UMAR**, no âmbito do projeto “lá-lá”, realizou um Djumbai/convívio intitulado “Os Direitos das Mulheres na Guiné-Bissau” (Vide Medida 2).

O **ACM** tem procurado introduzir o tema da MGF nas reuniões do grupo de trabalho com líderes religiosos (constituído em 2015), não obstante ter-se revelado uma questão sensível, por estes a considerarem uma questão não religiosa. Realizaram-se no ano em apreço 8 reuniões (16 e 29 de março; 19 de abril; 10 de maio, 14 de junho, 5 de julho, 12 de setembro e 22 de novembro).

Área estratégica 2 – Integrar

Medida 16 – Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres imigrantes, particularmente as oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.

Em 2016, no âmbito do Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI), promovido pelo **ACM**, foram apoiadas 6 mulheres, com naturalidade da Guiné-Bissau (4), Senegal (1) e Sri Lanka (1).

O projeto “Chat”, promovido pela **APF** (Vide Medida 2), prevê a capacitação de organizações das comunidades residentes em Portugal, e com o apoio de uma embaixada, no sentido do desenho e apresentação de projetos de pequena dimensão a potenciais financiadores. No período em apreço iniciaram-se os procedimentos necessários à preparação desta formação específica, a qual ocorrerá em 2017.

Medida 17 – Intervir em situações de MGF, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.

As linhas de apoio/emergência nos domínios da saúde (Saúde 24, promovida pela **DGS**), da imigração (SOS Racismo, promovida pelo **ACM**), da sexualidade (Sexualidade em Linha, promovida pela **APF**, em parceria com o **IPDJ**), bem como ainda do combate à violência de género (Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica, promovido pela **CIG**), funcionam em permanência e encontram-se preparadas para intervir em situações de MGF, encaminhando possíveis casos. No período em apreço, não foi referenciado qualquer caso, pelas referidas linhas telefónicas.

Medida 18 – Monitorizar a estrutura de Referenciação para casos de MGF e a plataforma de dados em saúde (PDS).

Em março de 2016, a **DGS** publicou a informação/relatório “Mutilação Genital Feminina. Análise dos casos registados em 2014 e 2015”, na sua página *web*.

Apesar de esta medida não estar calendarizada para 2016, ao longo do ano a DGS procedeu regularmente ao levantamento de dados gerais da PDS. O último desses levantamentos ocorreu a 5 de janeiro de 2017 e permitiu evidenciar que, no período compreendido entre os dias 1 de janeiro de 2016 e o dia 5 de janeiro de 2017, foram registados na Plataforma de Dados de Saúde (PDS), 80 casos.

Os dados demonstraram que as vítimas (quase todas adultas; regista-se apenas uma menor, com 17 anos), eram provenientes, na sua esmagadora maioria, da Guiné-Bissau (53), seguindo-se, em termos de representatividade, a Guiné- Conacri (20), Eritreia (2), Senegal (2), e a Nigéria, Gâmbia e Egípto, cada um com 1 caso registado.

No que concerne ao tipo de excisão identificada, verificou-se que a maioria é do tipo II (41) e tipo I (37). Sinalizou-se 1 caso do tipo III (infibulação) e 1 caso de tipo IV.

Na esmagadora maioria dos casos, a excisão foi realizada nas mulheres em idade até aos 10 anos. Registam-se 7 casos de excisão realizada em idade adulta (mais de 18 anos).

Medida 19 – Apoiar a Rede de Estudantes da CPLP, temporariamente residentes em Portugal.

A **CIG** reuniu com o Presidente da **AEGBL** - Associação de Estudantes da Guiné-Bissau e alguns elementos dos seus corpos dirigentes, no dia 16 de julho, a fim de enquadrar e sensibilizar a nova direção da associação para o protocolo firmado entre as duas entidades em 2012 e planificar ações para 2016. O referido protocolo prevê, grosso modo, o desenvolvimento de atividades sobre MGF por parte da AEGBL junto da sua rede de estudantes da Guiné-Bissau, com o apoio técnico da CIG. Foram ainda entregues à AEGBL folhetos “Diga Não à Excisão”, com vista à sua distribuição pela mesma em atividades que viessem a envolver estudantes provenientes de países onde a MGF se pratica. A AEGBL foi ainda sensibilizada para o prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”.

A **AEGBL** integrou o grupo de trabalho responsável pela organização do II Encontro Regional sobre MGF, programado para o dia 6 de fevereiro de 2017, tendo participado nas reuniões de preparação do mesmo, em novembro e dezembro (Vide Medida 13).

O referido Encontro, tendo como mote a criação de redes locais de intervenção de combate à MGF, foi entendido como estrategicamente oportuno pela associação, tendo em vista o reforço da rede de estudantes da CPLP e a aproximação destes às organizações que intervêm no terreno no combate à MGF.

Medida 20 – Atribuir bienalmente o prémio MGF “Mudar aGora o futuro”.

Foi aberto, pela **CIG**, concurso para candidaturas ao prémio MGF “Mudar aGora o futuro” (3ª edição), entre os dias 1 e 31 de outubro de 2016, tendo a CIG e o ACM envidado esforços no sentido de informar e sensibilizar todas as associações potencialmente interessadas, prestando ainda informações sobre o regulamento do mesmo. O júri do concurso veio a ser constituído por representantes da CIG, ACM e DGS.

Vieram a ser distinguidos os seguintes projetos, com início programado para janeiro de 2017:

- «Fator M – Ativismo pelo fim da MGF» – entidade promotora: Associação dos Filhos e Amigos de Farim; âmbito territorial: Sintra.
- «Pelo Fim da Excisão. Faço (p)arte» – entidade promotora: Associação Mulheres Sem Fronteiras; âmbito territorial: Grande Lisboa.
- «Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina II» – entidade promotora: Movimento Musqueba – Associação de Promoção e Valorização da Mulher Guineense; âmbito territorial: Odivelas.

Os projetos distinguidos pela edição anterior do Prémio foram prorrogados, por solicitação das respetivas associações promotoras, até ao final do 1º semestre de 2016, constando as suas principais concretizações no presente relatório, porquanto concorrem para a execução de algumas medidas consagradas no III PPEMFGF.

Área estratégica 3 – Formar

Medida 21 – Realizar ações de formação para profissionais de saúde.

No período em apreço, a **DGS** introduziu o tema da MGF nas ações de formação sobre violência ao longo do ciclo de vida e crianças e jovens em risco, destinadas a profissionais de saúde da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, designadamente dos Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco e das Equipas para a Prevenção da Violência em Adultos. Estas ações decorreram nos dias 11 de fevereiro e 7 de março e nelas participaram 30 profissionais de saúde.

No dia 29 de fevereiro, a **DGS** assegurou uma aula sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, destinada a alunos do mestrado de Psicologia da Saúde do ISPA, na qual introduziu como conteúdo a problemática da MGF. Participaram 21 alunos/as.

A **UMAR** colaborou numa ação de formação, dinamizada pela Unidade Coordenadora Funcional do ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde Almada-Seixal e Hospital Garcia da Orta, na vertente de saúde materna e neonatal, no dia 3 de maio na Sobreda/Almada, sobre o tema “Práticas Tradicionais Nefastas para a Saúde e Casamentos Forçados”. Estiveram presentes 52 pessoas (50F/2M);

No dia 31 de maio, a **APF** promoveu o 4º Encontro de Profissionais de Saúde, tendo convidado a DGS a apresentar uma comunicação sobre a análise dos casos de MGF registados na PDS.

A **EPJ** promoveu, no dia 15 de junho, no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, em Coimbra, uma ação destinada a Médicos Forenses; Profissionais de Saúde dos serviços de Obstetrícia e Ginecologia, profissionais de saúde da Urgência Geral, Psicólogos, Psiquiatras, Magistrados e Polícias. Estiveram presentes 82 profissionais de saúde.

Em dezembro, a **DGS** introduziu o tema da MGF numa ação de formação sobre o Programa Nacional para a Vigilância da Gravidez de Baixo Risco, destinada a profissionais de saúde da USF Oriente.

No último trimestre de 2016, deu-se início à preparação da 2ª edição do curso de pós-graduação sobre MGF na **Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal**, a ter início no 1º semestre de 2017 com a participação de 30 profissionais de saúde. Este curso resulta de protocolo firmado entre aquela escola e a **CIG**, a **DGS** e a **APF** (Vide Medida 7).

No período em apreço, a **APF** procedeu à reformulação da plataforma/curso e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina (Vide Medida 1). Um dos módulos desta plataforma é exclusivamente dirigido à formação a profissionais de saúde.

Medida 23 – Realizar ações de formação para profissionais de mediação sociocultural, técnicos/as do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e técnicos/as dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes.

Entre os dias 24 de junho a 31 de dezembro, a **APF** promoveu uma formação de 56 horas para 12 agentes das comunidades praticantes em Portugal, no âmbito do projeto europeu “Change Plus” (Vide Medida 2 e 3).

No último trimestre de 2016, a **APF** procedeu à reformulação da plataforma/curso e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina (Vide Medida 1). Um dos módulos desta plataforma é exclusivamente dirigido à formação de profissionais do asilo.

A **APF** participou, em Bruxelas, numa ação de formação organizada pela Associação Europeia End FGM sobre Asylum FGM, nos dias 8 e 9 de novembro, dedicada especificamente à problemática dos pedidos de asilo com base em Mutilação Genital Feminina.

Medida 24 – Realizar ações de formação para agentes de cooperação.

A **DGPJ** realizou, nos dias 28 de abril e 4 de julho, duas sessões formativas subordinadas aos temas da igualdade de género, violência doméstica, mutilação genital feminina e Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A concretização desta iniciativa contou

com a colaboração da CIG. Estas ações foram projetadas essencialmente para os pontos focais da cooperação do Ministério da Justiça. A primeira sessão teve um total de 20 participantes (15F/5 M), e a segunda, 10 participantes, todas do sexo feminino.

Em 2016 o **Camões – ICL** não colocou novos agentes de cooperação, no domínio da educação, na Guiné-Bissau, pelo que não se realizou a tradicional ação de formação específica sobre MGF para estes profissionais.

Medida 25 – Realizar ações de formação para docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores/as) da área temática da educação para a saúde.

A **DGE** reportou que, à semelhança dos anos precedentes, as ações de formação dirigidas a docentes têm sido desenvolvidas pelos **CFAE - Centros de Formação de Associação de Escolas**, Ministério da Saúde e ONG's, quando as necessidades são identificadas pelas escolas.

Nos dias 11, 18 e 25 de janeiro e 15 de fevereiro, tiveram lugar sessões de formação intituladas "Violência de Género e Práticas Tradicionais Nefastas – Compreender para Intervir", dinamizados pela **UMAR**. Estas sessões decorreram na escola secundária da Amora (Seixal) e contaram com a colaboração de uma enfermeira pós-graduada em MGF, do UCC do Seixal. Estiveram presentes 11 docentes e 3 educadoras de infância (13F/1M).

A **UMAR** realizou outra ação de formação "Violência de Género e Práticas Tradicionais Nefastas - Compreender para Intervir", desta feita em colaboração com o Almada Forma – Centro de Formação de Escolas do Concelho de Almada e a UCC A Outra Margem. Esta ação de formação foi composta por 6 sessões ocorridas entre os meses de abril e maio, tendo contado com 21 participantes (educadoras de infância e professoras). A UMAR replicou essa mesma ação de formação, em colaboração com o CFAESEIXAL - Centro de Formação de Escolas do Concelho do Seixal e a UCC do Seixal. Esta ação desdobrou-se em 6 sessões ocorridas nos meses de junho e julho. Estiveram presentes 14 docentes e 3 educadoras de infância (16F/1M), pertencentes a diversos estabelecimentos de ensino fundamentalmente do concelho do Seixal.

Nas inúmeras ações de (in)formação promovidas pela **UMAR** (Vide Medida 1), mais especificamente aquelas que se realizaram fundamentalmente em escolas, estiveram envolvidos/as, na totalidade, 23 docentes (21F/2M) de escolas situadas nos concelhos do Seixal, Almada e Queluz-Sintra.

Entre os dias 20 de junho e 5 de julho, a **DGS**, em parceria com o **ACES Lisboa Central e o Centro de Formação de Professores António Sérgio**, promoveu uma ação de formação sobre educação sexual em contexto escolar, na qual integrou o tema da MGF. Participaram 30 docentes desde o 1º ciclo ao secundário.

No último trimestre de 2016, a **APF** procedeu à reformulação da plataforma/course e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina (Vide Medida 1). Um dos módulos desta plataforma é exclusivamente dirigido a docentes e educadores/as.

No âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, durante o ano letivo de 2015/2016, o **Grupo de Teatro do Oprimido** de Lisboa fez um acompanhamento quinzenal das 4 docentes da Escola Secundária da Baixa da Banheira que estiveram envolvidas no projeto sobre conteúdos pedagógicos associados à MGF, aplicados nas sessões de informação que foram dinamizadas para os/as alunos/as (Vide Medida 6). No 2º semestre de 2016, o GTO LX iniciou o trabalho de planeamento da ação de formação específica sobre MGF (usando o referencial da CIG) para todo/as os/as docentes daquela escola, a qual terá lugar em 2017, em parceria com a Associação Mulheres sem Fronteiras.

Medida 26 – Realizar ações de formação para pessoal não docente de todos os níveis de ensino.

A **UMAR** dinamizou a ação de formação “Violência de Género e Práticas Tradicionais Nefastas - Compreender para Intervir”, em colaboração com o AlmadaForma – Centro de Formação de Escolas do Concelho de Almada, dirigida especificamente a auxiliares de educação/assistentes operacionais. Esta formação foi composta por 5 sessões realizadas entre maio e junho e nelas participaram 23 pessoas (21F/2M).

No âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, o **Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa** contou com a participação regular de funcionários/as da Escola Secundária da Baixa da Banheira em todas as atividades do projeto (incluindo as formativas), em particular das auxiliares de ação educativa, na medida em que estas possuem frequentemente relações privilegiadas com os/as alunos/as e poderão ter contacto com a prática de MGF.

Medida 27 – Realizar ações de formação para magistrados.

No dia 22 de janeiro, a **PGR** e o **CSM**, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários e o Conselho Superior do Ministério Público, realizaram uma ação de formação intitulada “Violência doméstica e de género e mutilação genital feminina”, no âmbito da qual se incluiu um módulo dinamizado pelo CSM sobre o tema “Mutilação genital feminina – o crime, o agressor e a vítima”, coadjuvado pela DGS, que abordou a problemática da MGF na perspetiva médico-pericial. Esta iniciativa formativa teve como destinatários juízes/as e magistrados/as do Ministério Público, advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

Participaram na ação um total de 86 profissionais (39 magistrados/as do Ministério Público, 32 Juízes/as e 14 outros/as profissionais).

A **PGR** procedeu à divulgação específica desta ação e dos resultados na mesma no Sistema de Informação do Ministério Público (SIMP), como forma de alerta para a relevância do tema.

No último trimestre de 2016, a **APF** procedeu à reformulação da plataforma/course e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina (Vide Medida 1). Um dos módulos desta plataforma é exclusivamente dirigido à formação de profissionais da justiça.

Medida 28 – Realizar ações de formação para órgãos de polícia criminal.

Nos dias 16 e 17 de novembro, a **Unidade Anti-Tráfico de Pessoas do SEF** ministrou formação a 45 Inspetores Estagiários do VI Estágio Probatório da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, subordinada ao tema do Tráfico de Pessoas, tendo sido inserido um módulo dedicado ao tema da MGF. Nos dias 22 e 23 de novembro, foi ainda

ministrada formação interna subordinada ao tema do Tráfico de Pessoas, a 15 Inspetores da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF que prestam serviço na Direção Regional dos Açores, onde se encontra também inserido um módulo dedicado ao tema da MGF.

No último trimestre de 2016, a **APF** procedeu à reformulação da plataforma/course e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina (Vide Medida 1). Um dos módulos desta plataforma é exclusivamente dirigido à formação de polícias.

Medida 29 – Realizar ações de formação para profissionais de comunicação social.

A **CIG** realizou, em parceria com o **Cenjor**, uma ação de formação dirigida a estudantes e profissionais de comunicação social nos dias 12 e 13 de dezembro, na Universidade do Minho, sob o título “A informação tem género?”. A problemática da MGF foi abordada como uma forma de violência de género e uma problemática de interesse jornalístico pela jornalista e autora do livro “Cicatrizes de Mulher”. Esta ação contou com cerca de 50 participantes.

No último trimestre de 2016, a **APF** procedeu à reformulação da plataforma/course e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina (Vide Medida 1). Um dos módulos desta plataforma é exclusivamente dirigido à formação de profissionais de comunicação.

Medida 30 – Realizar ações de formação para as equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.

No dia 7 de dezembro o **ACM** promoveu uma ação de formação sobre Mutilação Genital Feminina no ACM, na qual participaram 9 mulheres, que colaboram na linha SOS Imigrante.

Medida 31 – Realizar ações de formação para elementos das CPCJ.

No dia 23 de fevereiro, teve lugar uma ação de formação intitulada “Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da Compreensão à Intervenção”, promovida pela **UMAR** para a CPCJ Seixal. Estiveram presentes 16 pessoas (13F/3M).

No dia 10 de março, teve lugar uma ação de (in)formação intitulada “Mutilação Genital Feminina: sinalização e encaminhamento” para Comissários/as da CPCJ Almada. A ação foi promovida pela **UMAR**, e nela participaram 12 pessoas (11F/1M); esta ação foi replicada no dia 28 de março, visando desta feita a CPCJ Sesimbra. Participaram nesta iniciativa 18 pessoas (16F/2M);

A **CIG** e a **CNPCJR** realizaram uma ação de formação sobre MGF em Sintra, no dia 22 de novembro, tendo como público-alvo fundamentalmente membros das CPCJ de Sintra, Amadora, Loures, Cascais e Odivelas, bem como outros/as profissionais interessados/as no tema. Estiveram presentes 14 pessoas representantes de CPCJ e 9 pessoas pertencentes a associações locais de intervenção comunitária, totalizando 23 pessoas (18F/5M). Esta ação de formação teve a duração de 1 dia e estruturou-se em 4 módulos (direitos humanos, saúde, justiça e experiências nas comunidades). Colaboraram na sua dinamização, para além das entidades promotoras, o ACM, a DGS, a UMAR, a AFAFC, a AJPAS, a Associação Balodiren e ainda a Associação de Solidariedade e Apoio à Comunidade Guineense.

Foram formalmente convidados a participar nesta ação, o SEF e o CPR.

A **CIG** e a **CNPCJR** replicaram esta mesma ação em Faro, no dia 12 de dezembro, tendo desta feita 12 participantes (10F/2M), 9 membros das CPCJ do distrito de Faro, 2 agentes da PSP e a Diretora da Direção Regional do Instituto Português do Desporto e Juventude. Colaboraram nesta ação a DGS, a UMAR e a APF.

No último trimestre de 2016, a **APF** procedeu à reformulação da plataforma/curso e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina (Vide Medida 1). Um dos módulos desta plataforma é exclusivamente dirigido à formação de profissionais na área de proteção de crianças.

Área estratégica 4 – Conhecer

Medida 32 – Acompanhar a realização e garantir a divulgação do estudo de prevalência sobre MGF em Portugal.

O estudo «Mutilação Genital Feminina: Prevalências, Dinâmicas Socioculturais e Recomendações para a sua Eliminação» e os seus resultados, têm sido divulgados nas múltiplas ações de sensibilização realizadas (Área Estratégica 1) bem como, de um modo geral, nas ações de formação promovidas no ano em apreço (Área Estratégica 3).

Este estudo foi ainda apresentado na conferência de enquadramento do I Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF, no dia 4 de fevereiro (Vide Medida 1) e os resultados do mesmo debatidos no Seminário de troca de boas práticas “Female genital mutilation and other harmful practices”, em Londres, nos dias 28 e 29 de Abril (Vide Medida 13).

Medida 34 – Monitorização do número de casos de MGF em meninas, raparigas e mulheres.

Ao longo de 2016, a **DGS** procedeu regularmente ao levantamento de dados da Plataforma de Dados de Saúde. O último desses levantamentos ocorreu em 5 de janeiro de 2017 e regista 80 casos (Vide mais informação na Medida 18). A DGS presseguiu ainda o acompanhamento dos serviços de saúde, nomeadamente de ginecologia e obstetrícia, na sinalização de casos de MGF.

Medida 35 – Manter atualizada a informação *online* e hiperligações sobre MGF.

A **CIG** atualizou permanentemente o seu *website*, com informação relativa à temática da MGF.

Foi atualizada a informação nas páginas www.dgs.pt e www.saudereprodutiva.dgs.pt da DGS.

O **Camões - ICL**, manteve disponível e atualizada, no seu portal, uma área informativa específica dedicada à MGF, cuja média mensal de visualizações é superior a 51000.

A **UMAR** manteve informação *online* atualizada e hiperligações sobre MGF na página oficial/facebook da UMAR e criou uma página oficial/facebook do projeto “lá-lá”.

A **DGPJ/MJ** lançou, em 2015, uma área temática no seu sítio *web* dedicada à Igualdade. Está inserida, nesta área, uma pasta específica, em permanente atualização intitulada “Mutilação Genital Feminina”.

O **IEFP** divulgou, em forma de notícia, quer no Portal do IEPF, quer no Portal NETFORCE, todas as ações divulgadas pela CIG.

Área estratégica 5 – Cooperar

Medida 37 – Contribuir para a integração das questões da MGF junto de organizações nacionais, europeias e internacionais.

Em rigor, todos os eventos referenciados na Medida 13 concorrem para o cumprimento desta medida.

No dia 10 de maio teve lugar uma reunião ministerial da Igualdade de Género da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tendo nela sido aprovados, pelos Estados Membros presentes, o Plano de Ação para a Igualdade de Género da CPLP para 2016-2018 e respetiva Declaração. Sublinhe-se o facto de o Plano de Ação conter uma proposta de ação, no Eixo 11 – Saúde, que visa o “Combate a práticas tradicionais nocivas como a mutilação genital feminina”. Estes documentos serão ainda submetidos ao Conselho de Ministros da CPLP, em 2017, para aprovação por todos os Estados Membros.

Medida 38 – Promover a inclusão, em acordos de cooperação bilaterais e multilaterais de mecanismos que promovam e privilegiem a entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspetiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório.

Segundo reporte do **Camões – ICL**, no âmbito do Programa Estratégico de Cooperação Portugal – Guiné-Bissau 2015-2020 (assinado no dia 6 de julho de 2015), realizaram-se na Guiné-Bissau, durante o ano de 2016, diversas iniciativas com o apoio da Embaixada de Portugal tendo em vista a prevenção e eliminação da MGF.

O Plano de Ação para a Igualdade de Género da CPLP para 2016-2018 discutido na reunião ministerial da Igualdade de Género da CPLP de 10 de maio (Vide Medida 37), a submeter à aprovação do Conselho de Ministros da CPLP em 2017, inclui o objetivo específico (Eixo 12) de “aumentar o número de raparigas que completam os vários graus do sistema educativo”, definindo um conjunto de prioridades e ações nesse âmbito.

Medida 39 – Divulgar a informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.

Em todas as ações de sensibilização/formação realizadas pela **UMAR** (Vide Área Estratégica 1 e 3), abordou-se a questão da MGF e as condições de asilo, tendo-se distribuído materiais em suporte papel e digital sobre o estatuto asilo/refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.

O manual referido na Medida 4, a ser traduzido e adaptado para português, “MGF – Guide à l’usage des professions concernées”, da autoria da GAMS Belgique (Groupe pour l’abolition des mutilations sexuelles), facultará informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.

A plataforma/corso e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina, a ser reformulada pela **APF**, contempla um módulo específico sobre este tema, dirigido a profissionais do asilo.

Medida 40 – Apoiar os decisores técnicos e políticos na preparação de documentos que versem a temática da MGF.

O **Camões - ICL** apoiou na elaboração dos documentos preparatórios das reuniões internacionais (Vide medida 14).

A **UMAR** promoveu a integração da temática da MGF nos planos municipais de combate à violência doméstica e de género e/ou nos planos municipais para a igualdade de género na área territorial de influência do projeto “lá-lá” (Distrito de Setúbal), bem como a AJPAS (Amadora).

Dão cumprimento a esta medida os trabalhos preparatórios desenvolvidos pela **CIG** por ocasião da 60ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (CSW), na qual a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade participou num evento paralelo, organizado pelo Burkina Faso, onde apresentou as medidas nacionais de prevenção e combate à MGF; a intervenção da CIG na Delegação Nacional que defendeu o 15º a 17º Relatórios Nacionais sobre a aplicação da

Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação Racial; e ainda a participação desta Comissão na reunião do Comité Consultivo para a Igualdade entre Mulheres e Homens, em Bruxelas, no qual efetuou uma apresentação da Opinião sobre “Combate à MGF e outras práticas nocivas” (Vide Medida 13).

Medida 41 – Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação que incluam as temáticas dos DH, Direitos das Crianças, saúde materno-infantil, direitos sexuais e reprodutivos e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.

De acordo com reporte do **Camões - ICL**, está em curso o cofinanciamento de projetos desenvolvidos pelo FNUAP em Moçambique para apoio a mulheres afetadas pela fistula obstétrica, não havendo ainda dados relativamente aos resultados alcançados.

Medida 42 – Implementar um Projeto de Cooperação com a Guiné-Bissau para combate à MGF.

Não foi cofinanciado nenhum projeto a desenvolver na Guiné-Bissau, no âmbito da Linha de Apoio às ONGD (Camões – ICL).

Grau de Execução do Plano: Síntese Avaliativa

Segundo os dados disponíveis, verifica-se que, no período em apreço, foram executadas 30 das 31 medidas previstas no III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017, calendarizadas especificamente para 2016 ou para “*Durante toda a vigência do Programa*”, o que corresponde a uma taxa de execução de **96,7%**.

A medida para a qual não foi reportada qualquer tipo de atividade (Medida 42) não se encontra calendarizada especificamente no PAPEMGF para o ano de 2016.

Sublinhe-se ainda a execução de algumas medidas que, muito embora não se encontrem calendarizadas para o ano de 2016 (nem para “*Durante toda a Vigência do Plano*”), conheceram algumas realizações, por ação de um esforço suplementar das entidades, atentas às necessidades e oportunidades surgidas.²

Total de Execução do Programa de Ação em 2016

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	Nº de medidas previstas para 2016 ou “ <i>Durante toda a Vigência do Plano</i> ”	N.º de medidas executadas em 2016	Percentagem de medidas com execução 2016
1 - Prevenir	15	11	11	100%
2 - Integrar	5	4	4	100%
3 - Formar	11	8	8	100%
4 - Conhecer	5	2	2	100%

² Medidas 6, 9, 10, 18, 26, 31 e 34.

5 - Cooperação	6	6	5	83,3%
TOTAL	42	31	30	96,7%

Siglas Utilizadas

- ACES** – Agrupamentos de Centros de Saúde
- ACM** – Alto Comissariado para as Migrações
- AEGBL** – Associação de Estudantes d Guiné-Bissau em Lisboa
- AFAF** – Associação dos Filhos e Amigos de Farim
- AJPAS** – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde
- AMRT** – Associação para a Mudança e Representação Transcultural
- APF** – Associação para o Planeamento da Família
- CAD/OCDE** – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- Camões ICL** – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
- CESNOVA** – Centro de estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa
- CFAE** – Centros de Formação de Associação de Escolas
- CFAESEIXAL** – Centro de Formação de Escolas do Concelho do Seixal
- CICS.NOVA** – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
- CIG** – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- CNAPN** – Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança
- CNPCJR** – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CPR** – Conselho Nacional para os Refugiados
- CSM** – Conselho Superior da Magistratura
- CSW** – Commission on the Status of Women
- DGE** – Direção Geral de Educação
- DGPJ** – Direção-Geral de Política de Justiça
- DGS** – Direção Geral da Saúde
- EPJ** – Escola da Polícia Judiciária
- ESEL** – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
- ESS/IPS** – Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal
- FNUAP** – Fundo das Nações Unidas para a População
- GAMS** – Groupe pour l’abolition des mutilations sexuelles

GTO LX – Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP
ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada
MAI – Ministério da Administração Interna
MGF – Mutilação Genital Feminina
MJ – Ministério da Justiça
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGA – Obra Gay Associação
OIM – Organização Internacional para as Migrações
ONG – Organização Não-governamental
ONGD – Organização Não-governamental para o Desenvolvimento
OPC – Órgãos de Polícia Criminal
PAPEMGF – Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina
PDS – Plataforma de Dados de Saúde
PEI – Promoção do Empreendedorismo Imigrante
PGR – Procuradoria-Geral da República
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIMP – Sistema de Informação do Ministério Público
SNS – Serviço Nacional de Saúde
UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade
UE – União Europeia
UEFGM – United to End FGM
UMAR – União das Mulheres Alternativa e Resposta
UNICEF – United Nations Children's Found